



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP**RELATÓRIO FINAL PREGÃO 37/2022**

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de Materiais de Higienização e EPIs, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte dois, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 45/2020, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, os itens foram abertos para lances. Encerrada a fase competitiva e de aceitação das propostas, chegou-se ao seguinte resultado:

- A empresa PLÁSTICOS V.P. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA restou como detentora da melhor proposta para os itens 01 e 02;
- A empresa LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA restou como detentora da melhor proposta para os itens 03 e 04;
- A empresa BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMÉTICOS LTDA restou como detentora da melhor proposta para os itens 05, 06, 07 e 08;
- A empresa MR LICITAÇÕES restou como detentora da melhor proposta para os itens 09 e 10;
- A empresa MIKROSHOP COMERCIO SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA restou como detentora da melhor proposta para o item 11.

Ainda em observação à etapa de aceitabilidade da proposta, em atenção ao item 10.11. do edital, para fins de aceitação da proposta para os itens 03 e 04, foi verificado que a LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA apresentou a comprovação de registro na ANVISA da empresa PREMAX (documento 2010558), que é a fabricante do produto ofertado pela licitante. A empresa confirmou ainda via chat, que a Máscara Cirúrgica Descartável – 40g/M² a ser fornecida foi produzida conforme a NORMA ABNT NBR 15052:2004.

Após tentativa frustrada de negociação para redução das ofertas, os itens foram aceitos por se encontrarem dentro do valor estimado para a contratação.

Antes de ser iniciada a fase de habilitação a licitante BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMÉTICOS LTDA, através de e-mail (doc. 2011587), solicitou, de forma justificada, a desclassificação das suas propostas para os itens 05 e 07. Assim, a MR LICITAÇÕES restou como detentora da melhor proposta para o item 05, ficando a NG COMERCIO com a melhor proposta para o item 07.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à etapa de habilitação.

Analizada da documentação apresentada pela PLASTICOS V.P. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (doc. 2010410), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 29/08/2022.

- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 29/08/2022.

- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 24/07/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 26/12/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 28/09/2022.

- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 08/11/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A PLASTICOS V.P. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA foi declarada a vencedora dos itens 01 e 02.

Analisada da documentação apresentada pela LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (doc. 2010561), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 05/06/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 05/06/2023.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 23/06/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 24/09/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 04/09/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 03/12/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA foi declarada a vencedora dos itens 03 e 04.

Analisada da documentação apresentada pela BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA (doc. 2010652), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 26/07/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 26/07/2023.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 30/06/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 07/12/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 08/09/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 28/12/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA foi declarada a vencedora dos itens 06 e 08.

Analisada da documentação apresentada pela MR LICITAÇÕES (documento 2011540), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 12/06/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 12/06/2023.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 24/07/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 05/12/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 04/08/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 01/01/2023.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A MR LICITAÇÕES foi declarada a vencedora dos itens 05, 09 e 10.

Analizada da documentação apresentada pela MIKROSHOP COMERCIO SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA (doc. 2011546), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 21/05/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 21/05/2023.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 22/07/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 27/12/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 18/08/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 01/01/2023.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A MIKROSHOP COMERCIO SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA foi declarada a vencedora do item 11.

Analisada da documentação apresentada pela NG COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (doc. 2012287), verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 26/08/2022.

- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 26/08/2022.

- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 28/07/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 03/12/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 09/10/2022.

- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 22/10/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A NG COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA foi declarada a vencedora do item 07.

Finalizado o prazo para apresentação de intenção de recorrer, identificou-se a existência de registro de recurso em relação aos seguintes itens:

- ITEM 01 PROTETOR FACIAL (doc. 2023024): declarada vencedora a empresa PLÁSTICOS V.P. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, a licitante COMERCIAL MONTANNA LTDA manifestou intenção em recorrer da decisão, com a alegação de que a Plásticos VP, segundo o SICAF, mantém impedimento de participar de licitações por ter sido penalizada no CONSÓRCIO INT. DE SAÚDE ALTO DAS

VERTENTES. Durante o prazo de apresentação das razões não houve complementação por parte da impugnante. Não houve apresentação de contrarrazões. Em consulta ao SICAF da primeira colocada (doc. 2023511), verificou-se que de fato havia registro da punição mencionada, entretanto sua aplicabilidade era restrita à entidade sancionadora, no caso a Prefeitura Municipal de Alto das Vertentes. Entendeu-se que não deveria prosperar a alegação da recorrente.

- ITEM 05 ÁLCOOL EM GEL 70% (doc. 2023047): declarada vencedora a empresa MR LICITAÇÕES - LTDA, as licitantes SAFIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA e NASA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI manifestaram intenção em recorrer da decisão. A primeira com a alegação de que a licitante tem várias suspensões e restrições para contratar com a administração pública. A segunda com a justificativa que a empresa não cumpriu com a lei de licitação e que tal fato seria apresentado na peça recursal. Em suas razões, tanto a SAFIRA INDUSTRIA E COMERCIO como a NASA COMÉRCIO requereram a inabilitação da MR COMÉRCIO por a mesma encontrar-se impedida de licitar em decorrência de sanções sofridas durante a prestação de serviços junto à Universidade Federal do Piauí e à Prefeitura Municipal de Macaé. Não houve apresentação de contrarrazões. Em consulta ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (doc. 2011540, páginas 13 e 14) identificou-se os dois registros mencionados pelas recorrentes. Entretanto, as aplicabilidades das penas eram restritas às entidades sancionadoras, não repercutindo no presente certame, conforme se verifica nas publicações em diários oficiais juntados aos autos às páginas 17–34 do documento 2011540). O entendimento também foi que não deveriam prosperar as alegações apresentadas.

- ITEM 06 ÁLCOOL EM GEL 70% (documento 2023052): declarada vencedora a empresa BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA, a licitante NASA COMERCIO ATACADISTA manifestou intenção em recorrer da decisão, com a alegação de que a vencedora apresentou produto fora da especificação do edital. Em suas razões a NASA COMÉRCIO requereu a inabilitação da BLESS INDÚSTRIA argumentando que não localizou produto com o CNPJ da mesma no site da ANVISA. Como contrarrazão, a BLESS INDÚSTRIA informou que todos os comprovantes a respeito de registro junto à ANVISA foram anexados antes da abertura da sessão, quando da juntada de documentos para fins de habilitação. Sobre a aceitação do item 06, este pregoeiro entendeu que, ao menos durante o procedimento licitatório, não constava no edital a exigência para que a licitante apresentasse comprovação de registro na ANVISA do produto, conforme item 10.11. do pregão. Na seção XI, que trata da habilitação, também não foi encontrada exigência nesse sentido. Ficou decidido que não deveria prosperar o quanto alegado.

- ITEM 07 ÁLCOOL EM GEL 70% (documento 2023058): declarada vencedora a empresa NG COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, a licitante NASA COMERCIO ATACADISTA manifestou intenção em recorrer da decisão, com a alegação de que a vencedora apresentou produto fora da especificação do edital. Em suas razões a NASA COMERCIO se equivoca e fez referência à MR LICITAÇÕES, que sequer foi convocada para o item, restando prejudicada qualquer análise em relação à intenção inicial da recorrente.

- ITEM 09 ÁLCOOL LÍQUIDO – (documento 2023062): declarada vencedora a empresa MR LICITAÇÕES, a licitante SUPERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA manifestou intenção em recorrer da decisão, com a alegação de que a vencedora apresentou produto apenas notificado na ANVISA, enquanto aquela Agência estabelece que o álcool 70º INPM seja registrado. Não houve apresentação de contrarrazões. Assim como na manifestação em relação ao item 06, ficou entendido que, ao menos durante o procedimento licitatório, não consta no edital a exigência para que a licitante apresente comprovação de registro na ANVISA do produto. Tal exigência encontra-se de forma expressa no item 10.11. do pregão 37/2022 apenas em relação aos itens 03 e 04 (máscara cirúrgica). Na seção XI, que trata da habilitação, também não há exigência nesse sentido. A conclusão foi que as alegações da recorrente não deveriam prosperar.

Ante o exposto, ficou entendido que os recursos não mereciam provimento, uma vez que nenhuma das questões levantadas ensejariam a desclassificação das empresas vencedoras.

Os preços constantes das propostas foram registrados na Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 2025355.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 29/07/2022, às 08:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2025356** e o código CRC **8F4FE08C**.